



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP) POR ESTUDANTES DE INFORMÁTICA DO CETEP SANTA MARTA – RIO DE JANEIRO

SOCIAL REPRESENTATIONS OF PACIFYING POLICE UNITS (UPP) BY INFORMATICS STUDENTS AT CETEP SANTA MARTA – RIO DE JANEIRO

Rita de Cássia Pereira Lima¹

Antonia Regina Ribeiro Leal²

Suely Fernandes Coelho Lemos³

Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ

Resumo

O objetivo do estudo é investigar representações sociais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) elaboradas por estudantes de um curso de Informática do Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep) situado no Morro Santa Marta. As UPP foram criadas em 2009, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, e o Cetep Santa Marta é uma unidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), reponsável pela implementação de políticas estaduais de Educação Profissional. A

¹ Doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes – Paris V. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. ritaplina2008@gmail.com

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Orientadora Educacional Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

pesquisa se fundamentou no referencial teórico-metodológico das representações sociais e em estudos sobre UPP. Foi realizado um grupo focal com 12 alunos do curso instrumental de Informática Básica. O material foi analisado com inspiração na análise de conteúdo temática. Os dados mostram polarização, com aspectos favoráveis e desfavoráveis. Pode-se dizer que a “objetivação” se cristaliza no “direito de ir e vir”, decorrente da retomada do território pelo poder público, antes nas mãos do narcotráfico. Quanto à “ancoragem”, ela parece estar associada à noção de “guerra”, já conhecida, trazendo a ideia de trégua e de paz. Em seu conjunto, os dados mostram que, oscilando entre considerar a UPP uma política de Estado que estabeleceu “trégua” à guerra instalada nas favelas do Rio de Janeiro, e acreditar que esta política de segurança pública veio para de fato instaurar a paz, os entrevistados tendem a representar a UPP no Morro Santa Marta de modo positivo.

Palavras-chave: Representações sociais. Unidades de Polícia Pacificadora. Estudantes. Educação Profissional.

Abstract

The purpose of this study is to investigate social representations of Pacifying Police Units (UPPs) by students who attend an informatics course at the Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep), in Morro Santa Marta. UPPs were created in 2009 by the Rio de Janeiro state government, and the Cetep Santa Marta is a unit of the Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), the agency responsible for implementing state policies for vocational education. The study is based on the theoretical-methodological framework of social representations and on studies of UPP. A focus group was conducted with 12 students from the Basic Informatics course. The material was analyzed using procedures based on thematic content analysis. Data show polarization, with both favorable and unfavorable aspects. We can affirm that “objectivation” becomes “crystalized” in the “right to come and go” resulting from public authorities having reconquered the local territory from the hands of illegal drug trade. As to “anchoring”, it seems to be associated with the notion of “war” already recognized, bringing along the idea of truce and peace. On the whole, data show that, while oscillating between seeing UPP as state policy that has brought “truce” to the war established in the favelas of Rio de Janeiro, and believing that this public security policy has indeed come to establish peace, the interviewees tend to represent the UPP in Morro Santa Marta in a positive way.

Key-words: Social representations. Pacifying Police Units. Students. Social vocational education.

Introdução

Particularmente desde os anos 80 do século XX, a violência urbana motivada por vários fatores, em especial, pela influência do narcotráfico, está presente no cotidiano da vida das pessoas, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras. Extrema pobreza e miséria, desemprego, fome, são algumas das situações de viés socioeconômico que podem contribuir para a geração da violência, dado que a privação da satisfação de necessidades básicas expõe indivíduos a vulnerabilidades como infrações, consumo de drogas e crimes. De acordo com Pochmann (2004), segmentos excluídos se manifestam no Brasil, mesmo que silenciosamente e ainda não articulados para fins políticos, expressando sociabilidades afetadas pela violência urbana, que inclui tráfico de drogas, prostituição, corrupção, trabalho infantil e de jovens com inserção social precária.

Além desse contexto social, na década de 80 o país passou por grave crise econômica com efeitos devastadores na sociedade brasileira, o que levou à ideia veiculada socialmente de que, para a economia, tratou-se de uma “década perdida” em função do fraco desenvolvimento econômico que teve como consequências, dentre outras, altíssimas taxas de inflação, aumento do desemprego, elevação da dívida externa e empobrecimento da população (OMETTO et al, 1995).

Este contexto político e socioeconômico mais amplo influenciou o crescimento da violência na cidade do Rio de Janeiro, onde, segundo Zalar e Alvito (1998), o controle territorial do crime organizado do tráfico de drogas exerce-se, sobretudo, nas favelas⁴. Tais espaços geográficos foram influenciados pelas mudanças

⁴ O uso do nome favela nos morros do Rio de Janeiro originou-se após a instalação dos ex-combatentes de Canudos no morro da Providência/RJ, com a finalidade de pressionar o Ministro da Guerra a lhes pagar os soldos devidos. A aplicação do termo se justifica porque havia no município de Monte Santo/BA, um morro chamado Favella, assim denominado em função da vegetação local com semelhante nome. A mesma vegetação encontrada no morro da Providência e o “papel representado nessa guerra pelo morro da Favella de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do

econômicas dos anos 80, principalmente no que diz respeito ao processo inflacionário que incidiu sobre os aluguéis e o desemprego. Importante ressaltar que, em 1986, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), foram encerrados os projetos que viabilizavam construções de casas populares. Além disso, de acordo com Lago (2003), as políticas públicas priorizando investimentos urbanísticos nas favelas, com reconhecimento de loteamentos irregulares e clandestinos, contribuíram para o crescimento das ocupações e do processo de favelização do Rio de Janeiro. Para Souza e Silva (2010), as favelas se potencializaram como áreas estratégicas para o comércio de drogas, principalmente com a política de segurança pública branda proposta como tentativa de humanização da polícia pelo governo Brizola, no período entre 1983 e 1985.

A introdução das armas nas favelas também foi um aspecto relevante para a ampliação da violência nos anos 80. Misse (2011, p.19) destaca o surgimento do Terceiro Comando (TC), “criado por policiais com o objetivo de enfraquecer o Comando Vermelho e também se beneficiar dos lucros do tráfico”. Até então, as favelas eram dominadas pelo Comando Vermelho (CV)⁵ e a disputa entre esses dois comandos exigiu o suprimento de armas mais eficientes que fossem capazes de garantir a manutenção do controle dos pontos de venda e sua expansão para outras favelas. A violência no Rio de Janeiro, envolvendo especialmente o tráfico de drogas e suas consequências (compra de armamento pesado pelos traficantes, aliciamento de crianças e jovens, domínio do território das favelas pelos traficantes, entre outros) se estendeu pelas décadas seguintes, demandando políticas de segurança pública.

exército da República sobre o arraial de Canudos” teriam inspirado os ex-combatentes. (VALLADARES, 2000, p.7).

⁵ Segundo Misse (2011, p.8) O “Comando Vermelho” surgiu dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro a partir de 1970. Os assaltantes comuns, ao verem algumas das reivindicações dos presos políticos serem atendidas, também “resolveram organizar-se para reivindicar direitos e impor seu domínio dentro do sistema penitenciário”. Primeiramente passaram a se autodesignar como “Falange Vermelha.” No entanto o nome que prevaleceu foi “Comando Vermelho”.

Soares (2006, p. 91) considera a insegurança pública uma tragédia nacional, visto que atinge o conjunto da sociedade, provocando genocídio de jovens, particularmente pobres e negros, do sexo masculino. O autor afirma: "A criminalidade letal atingiu patamares dantescos. Além disso, tornou-se problema político, sufocando a liberdade e os direitos fundamentais de centenas de comunidades pobres". Porém, segundo o autor, pobreza e desigualdade não são, necessariamente, condicionantes da criminalidade, "dependendo do tipo de crime, do contexto intersubjetivo e do horizonte cultural a que nos referimos" (op.cit. p. 94). Para o autor, o varejo das drogas em periferias pode envolver jovens que se tornam alvo de agenciadores, que lhes oferecem vantagens econômicas em relação ao que ganhariam no mercado de trabalho formal. E por outro lado, "os operadores do tráfico de armas, que atuam no atacado, lavando dinheiro no mercado financeiro internacional, não são filhos da pobreza ou da desigualdade. Suas práticas são estimuladas pela impunidade" (op.cit.).

Diante do cenário de violência e de mais de 30 anos de domínio das favelas cariocas pelo narcotráfico, o Governo do Estado do Rio de Janeiro cria, por meio do Decreto nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009 (DIÁRIO Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2011), as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) como política de segurança pública. O Decreto nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011 (DIÁRIO Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2011) dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento de tais unidades. Seu primeiro artigo estabelece que "comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito" se tornariam "áreas potencialmente contempláveis por UPP". Os objetivos das UPP, de acordo com os documentos legais supracitados, são:

- a) Consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;
- b) Devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

As UPP têm como referência os princípios de Policiamento Comunitário e de proximidade visando principalmente a recuperar territórios ocupados por traficantes e milicianos, ambos considerados criminosos. Fernandes e Braga (2008, p.18) afirmam que as milícias⁶ são compostas por homens “ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das polícias civil, militar, do corpo de bombeiros e, em casos mais esporádicos, das forças armadas.” Prometem restabelecer a ordem e a paz, e controlam os serviços ilegais, antes gerenciados pelo tráfico de drogas, com exceção do comércio de drogas. Outro diferencial a ser destacado entre traficantes e milicianos é que os últimos cobram mensalidades dos moradores para o controle da segurança.

Apesar das diferenças de implantação do policiamento comunitário em cada país, todos têm como aspecto em comum “a introdução ou o fortalecimento da participação da comunidade nas questões de segurança”. A polícia não trabalha sozinha, mas em parceria com a população, por meio de um policiamento voltado para identificação de problemas e conseqüentemente para a busca de soluções. A flexibilidade de aplicação das estratégias em cada contexto é possível, pois o

⁶ Os mesmos autores afirmam que a origem da “Milícia” é controversa, mas liga-se em particular, a uma narrativa quase mitológica, focada em justiceiros locais, como é o caso de Rio das Pedras, maior favela da Zona Oeste da cidade. Segundo relatos de moradores, a então “Mineira” começou com o agrupamento em torno de um açougueiro que, revoltado com os constantes assaltos ao seu estabelecimento, resolveu organizar um grupo para garantir a segurança na comunidade. Este grupo, que matava ou espancava os assaltantes, com o tempo, passou a atuar de maneira profissional, expandindo suas atividades, a partir do poder adquirido, para o setor imobiliário. Nos anos 2000, a expansão acelerada das milícias para novos territórios, para além da Zona Oeste, acentua sua visibilidade na cidade.

policciamento comunitário não se caracteriza como conjunto particular de programas, mas como “filosofia, estratégia ou estilo de policiamento que pode ser efetuado de diversas formas, sob os mais variados programas e tipos de gestão organizacional” (BRASIL, 2009, p.15).

Segundo Souza e Silva (2010), as UPP seriam também uma tentativa de desconstruir a imagem negativa da cidade no mercado global, principalmente no que se refere à disputa para sediar megaeventos, atrair investimentos e turistas. A ideia é manter a marca da sociabilidade carioca caracterizada pelo convívio entre favelas e cidade, porém subtraindo a imagem de cidade violenta. Assim, a favela passaria a ter características típicas da paisagem urbana do Rio, se consolidando em destino turístico, sem associação com territórios violentos (ARAUJO SILVA, 2011; CUNHA, MELLO, 2011).

Interessadas em estudar determinantes sociais de exclusão e inclusão sociais em favelas do Rio de Janeiro, Jovchelovitch e Priego-Hernández (2013, p. 21) se referem a sociabilidades subterrâneas como “formas de vida social que se tornam invisíveis aos olhos da sociedade por conta de barreiras geográficas, econômicas, simbólicas, comportamentais e culturais”. De acordo com as autoras: “A psicologia social da favela mostra que a invisibilidade crônica da sociabilidade subterrânea é causada por lentes que apagam a sua realidade vivida, transformando-a em uma identidade criminosa e violenta [...]” (p. 41).

É nesse contexto de desconfiança em relação a políticas de segurança pública, de moradores de favela vistos como pessoas perigosas e criminosas, ou como afirmam Zaluar e Alvito (1998), de um medo coletivo devido à associação da imagem da favela com marginalidade e violência, que surge, em dezembro de 2008, a primeira UPP no Rio de Janeiro, instalada no Morro Santa Marta (eventualmente chamado de Dona Marta), no bairro de Botafogo. Em 2014, 38 UPP estão implantadas no Rio de Janeiro (GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro, 2014), considerando que a previsão seria de 40 Unidades até o final deste mesmo ano.

O Morro Santa Marta localiza-se na zona sul carioca, entre os bairros de Botafogo, Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho e Silvestre. De acordo com informações oferecidas pela UPP Santa Marta, a área tem 54.692 metros quadrados e oito mil moradores, sendo que setenta e sete mil pessoas que residem no entorno da favela recebem os benefícios daquela UPP. De acordo com Teixeira (2011), a entrada do tráfico de drogas no Morro Santa Marta foi favorecida pelo empobrecimento do país na década de 1980 e pela tolerância do governo estadual. No ano de 2009, a favela ficou em evidência em virtude da instalação de uma rede de internet *wireless* gratuita para uso de seus moradores. Em 2010, recebeu a Rádio Santa Marta, uma emissora comunitária da favela, por meio da qual os moradores comunicam suas notícias.

Em relação à assistência educacional, a favela conta com creches, um Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Cetep) e escolas municipais no entorno. Na época em que foi feita a pesquisa de campo para esse estudo, o Cetep Santa Marta oferecia os seguintes cursos designados como instrumentais: informática, inglês e espanhol. E os chamados profissionalizantes: bombeiro hidráulico, eletricista predial, cabelereiro, maquiagem, manicure, corte e costura. Os Cetep são unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Estado de Ciências e Tecnologia e reponsável pela implementação de políticas estaduais de Educação Profissional.

É possível que a introdução das UPP em favelas antes dominadas pelo narcotráfico e por milícias tenha causado alterações substantivas em seu cotidiano e no de seu entorno. Organizações e instituições como escola, unidades de saúde, igrejas, associações de moradores, podem ter sido afetadas pela presença de um novo tipo de controle do Estado nas comunidades do Rio de Janeiro. As escolas que atendem a população acometida pela violência derivada do narcotráfico também podem ter sido influenciadas por algum tipo de mudança, seja ela positiva ou negativa.

No caso deste estudo, trata-se de um público que frequenta cursos de Educação Profissional de curta duração no Cetep Santa Marta, com características de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cujo perfil já está delineado na literatura por autores como Oliveira (1999) e Di Pierro e Graciano (2003). Em geral, estes alunos apresentam dificuldades de permanecer na escola regular em trajetória contínua por várias razões, dentre elas a necessidade de ingressarem precocemente no trabalho e os sucessivos “fracassos escolares”. Dependendo do contexto em que vivem, podem também ser afetados pelos efeitos da criminalidade.

Os cursos da EJA geralmente são oferecidos à noite, quando os jovens e adultos, em sua maioria, regressam de jornadas pesadas de trabalho, nem sempre do trabalho formal. Além disso, os cursos noturnos em localidade com riscos de violência costumam gerar maior insegurança, o que interfere substancialmente na frequência às aulas. Esses sujeitos vivem situações de exclusão que podem ser agravadas pelos contextos socioculturais em que vivem.

A mudança conjuntural provocada pela inserção das UPP em favelas do Rio pode ter gerado reações nesses sujeitos e a necessidade de atribuição de significados ao novo objeto, acomodando-o ao pensamento já constituído. Esse processo de natureza psicossocial que envolve valores, crenças, normas e saberes construídos no cotidiano, por grupos sociais, é propício para a realização de estudos de representações sociais. Tais estudos têm como foco a investigação de sistemas sociocognitivos próprios dos grupos. Como afirma Moscovici (2013, p. 48), “é somente a corrente das pressões e opiniões de um grupo que geram uma prolixidade e uma comunalidade suficientes para que a representação possa desenvolver um perfil e uma estrutura”.

De acordo com Arruda (2002), as representações sociais não são apenas de alguma coisa, mas também dos que as constroem. A relação entre pessoas de um grupo e a maneira como produzem e comunicam saberes são suas próprias construções sociais, que por sua vez são ampliadas, compartilhadas e consensuadas.

Por meio da linguagem, os grupos produzem significados a respeito de fenômenos sociais que os afetam. Neste ponto vale ressaltar que a construção dos saberes próprios de um grupo social, que os caracteriza e os identifica, está para além do saber produzido apenas pelo uso da cognição, pois envolve outras dimensões como: sentidos e emoções do mundo vivido.

Moscovici (2012) afirma que as representações sociais expressam um saber construído e compartilhado, referindo-se às crenças, aos modelos e às imagens que caracterizam grupos e suas práticas sociais. Como afirmam Guareschi e Roso (2014, p. 29): “É impossível uma vida em comum sem que haja determinados fenômenos psíquicos que possuem, também em comum, uma origem social e que são indispensáveis para manter a vida social em andamento”. Os autores se referem às crenças religiosas que sobrevivem mesmo com preconceitos que lhes são atribuídos. Porém, defendem que as representações sociais não são estáticas, reificadas, visto que contém contradições e aspectos críticos que podem conduzir a mudanças e a transformações.

Dentro dessa perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), opta-se neste estudo pela proposta original de Moscovici (2012), em que se busca compreender a gênese das representações sociais por meio de seus processos formadores: a ancoragem e a objetivação. Tais processos, segundo Jodelet (2001, p. 50), “explicam a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos da organização dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhe são conferidas”.

A ancoragem permite trazer um novo objeto, saber ou informação que no primeiro momento desestabiliza o conhecimento já construído no grupo, provocando inquietação e necessidade de conformação às categorias anteriormente construídas, para posterior assimilação e familiaridade (MOSCOVICI, 2003). Campos (2003, p.34) assim a define: “[...] trata-se dos processos pelos quais um objeto, antes percebido como ‘novo’, como desconhecido, vai sendo ‘ancorado’, amparado,

associado a conhecimentos e práticas anteriores”. Segundo Alves-Mazzotti (2005, p.8), a ancoragem “diz respeito ao enraizamento social da representação à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento pré-existente e às transformações que, em consequência, ocorrem num e noutra”. Jodelet (2001, p. 38-39) afirma que a ancoragem “enraíza a representação e seu objeto numa rede de significações que permite situá-los em relação aos valores sociais e dar-lhes coerência”, inscrevendo-os num “já pensado”, tendo assim a função de instrumentalização do saber.

Sobre objetivação, Moscovici (2003, p. 71), afirma que este processo formador “[...] une a idéia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade”. A objetivação dá concretude ao pensamento e aos conceitos. Jodelet (2001 p.39) propõe que, na objetivação, “a estrutura imagética da representação se torna guia de leitura e, por generalização funcional, teoria de referência para compreender a realidade”.

Na pesquisa com estudantes do Cetep Santa Marta, pretende-se privilegiar o universo simbólico desses sujeitos ao se apropriarem de um objeto novo em seu espaço social, a UPP, considerando-se que o conjunto de significados socialmente compartilhados por eles sobre este objeto organiza suas opiniões e práticas sociais. Este novo pode estar distante daquele padrão até então conhecido em suas práticas e utilizado para solucionar seus problemas do cotidiano. Estudar como o novo é apropriado, podendo modificar sua realidade, constitui-se em interessante objeto de investigação dessa linha.

Jodelet (2001 p.27), afirma que “a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam”. Neste estudo, o objeto é a UPP e os sujeitos são estudantes jovens e adultos que frequentam cursos profissionalizantes/instrumentais do Cetep, o que fundamenta o objetivo do estudo: investigar representações sociais da Unidade de Polícia Pacificadora elaboradas por

estudantes de um curso de Informática do Cetep Santa Marta. Uma vez que se pretende abordar o modo como esse grupo de estudantes torna familiar a presença da UPP em seu cotidiano, será privilegiada a compreensão dos “processos formadores” da possível representação social, buscando-se onde se ancoram e de que maneira se objetivam tais representações

Metodologia

O caminho da pesquisa qualitativa foi adotado, visto que se adéqua a estudos e pesquisas envolvendo relações psicossociais de grupos humanos. Foi realizado um grupo focal com 12 alunos do curso instrumental de Informática Básica do Cetep Santa Marta, escolhido por ser o mais antigo, já ofertado antes do processo de pacificação do Morro Santa Marta. A caracterização dos participantes é a seguinte: sete mulheres e cinco homens; cinco com mais de 40 anos, três entre 31 e 40 anos, dois entre 24 e 30 anos, um entre 19 e 23 anos, um entre 15 e 18 anos; seis casados, três solteiros, um viúvo, um em união estável e um não respondeu a questão sobre estado civil; cinco com Ensino Médio completo, três com Ensino Fundamental completo, dois com Ensino Médio incompleto, um com Ensino Superior incompleto, um não respondeu a questão sobre nível de escolaridade; três vendedoras, duas empregadas domésticas, dois trabalham em área administrativa, um técnico em telefonia, um zelador, uma copeira de hotel, uma recreadora, um ainda não tem profissão (só estuda); nove trabalham com carteira assinada, uma é vendedora autônoma, uma está desempregada, um ainda não trabalha (só estuda); seis com renda familiar de dois a três salários mínimos, quatro de três a quatro salários mínimos, dois acima de quatro salários mínimos; seis são habitantes de favelas (três no Santa Marta, dois na Rocinha e um no Tabajara) e seis não são habitantes de favelas.

O grupo focal é uma técnica que vem sendo muito empregada em pesquisas sociais e, especialmente em educação, por permitir maior liberdade de expressão, interação e participação dos sujeitos. De acordo com Gatti (2005, p.9), por meio do grupo focal é possível perceber “[...] não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e porque pensam o que pensam”. Deste modo, é indicada quando se deseja analisar divergências, contraposições e contradições. Esta técnica, ainda segundo Gatti (op.cit.), se utiliza da dinâmica de grupo e deve ser adotada em grupos pouco numerosos, ficando a quantidade de participantes entre oito a doze pessoas, de modo que as informações e reações não se dispersem e a compreensão seja favorecida.

A técnica do grupo focal foi realizada em horário de aula noturno, com duração de duas horas. Inicialmente os participantes preencheram um formulário para caracterização de perfil sócio profissional, alguns com ajuda das pesquisadoras, visto que tiveram dificuldade em compreender questões e escrever a resposta. Em seguida foi iniciada a aplicação da técnica do grupo focal, por uma moderadora, contando com a colaboração de duas observadoras. Buscou-se, no grupo, propiciar um ambiente em que os estudantes se sentissem à vontade para se manifestar, insistindo-se na importância de que todos participassem para que uma discussão pudesse ser feita pelo grupo. Com base em um roteiro pré-definido, flexível, a conversa começou com uma provocação ampla: “E aí? Como é fazer um curso em Cetep situado em comunidade com UPP?”. Outras questões foram propostas de acordo com a conveniência da discussão e interesse dos participantes. Por exemplo, “o que lhes vêm à mente quando se diz UPP?”; “o que mudou, ou não, na condição acadêmica de estudar no Cetep?”; “como vêm as perspectivas de fortalecimento da UPP?”, entre outras.

Embora a discussão tivesse começado timidamente no grupo, aos poucos os estudantes foram se envolvendo, expressando suas posições, que pareceram consensuais. Durante o diálogo não houve discordâncias e vários posicionamentos

foram fortalecidos pelo conjunto do grupo. Na medida em que o debate avançava, as pesquisadoras foram percebendo que os estudantes desejavam falar sobre o assunto e discuti-lo. Ou seja, era tema que lhes mobilizava. Foram feitos registros com três gravadores, posicionados de modo que todas as falas pudessem ser captadas.

O material foi integralmente transcrito e analisado com inspiração na análise de conteúdo temática (BARDIN, 1994). Essa técnica utiliza-se do desdobramento do texto em unidades, procurando os principais conceitos ou temas abordados, identificando as presenças ou ausências de itens e categorizando o conteúdo para melhor compreensão do discurso dos participantes da pesquisa. Com esse instrumento pretende-se ler o que está por trás das palavras, o que, segundo Bardin (op.cit.), permite ampliar as possibilidades da descoberta.

Resultados e Discussão

Conforme mencionado, a análise do material baseou-se na busca dos processos de ancoragem e de objetivação, na perspectiva da TRS, que implicam na familiarização do objeto representado pelos sujeitos. Cabe lembrar que, tanto Moscovici (2012) como Jodelet (2001), consideram que a ancoragem auxilia na conformação ou adequação do objeto, por vezes estranho e perturbador, a categorias de pensamento já conhecidas das pessoas. A objetivação, segundo Moscovici (2003, p. 71-72), significa “descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”.

Tendo por inspiração a análise de conteúdo temática, dois temas foram inferidos na análise das entrevistas: a) Conflito Segurança/Insegurança; b) Conflito Aspectos Positivos/ Aspectos Negativos. A cada um deles foram inferidas categorias e subcategorias, com o número de vezes em que cada uma apareceu, e seus

respectivos exemplos. Uma síntese dessa análise será descrita a seguir e comentada posteriormente.

Quanto ao tema “Conflito Segurança/Insegurança”⁷:

Categoria “Segurança”:

“Direito de Ir e Vir” (13 ocorrências). Ex: “E antes tinha aquela preocupação, muitas pessoas não podiam vir pra cá porque morava em outras comunidades, mas de facção diferente, então ficava aquele conflito e até morador também sofria pressão, represália com os traficantes. Aí hoje em dia eu tô podendo vir pra cá, eu moro na Rocinha, que é de outra facção, mas hoje sem problema eu vir pra cá...”

“Comunidade melhorou com UPP” (03 ocorrências). Ex: “Enquanto conceito eu acho que é a maior ação pública já feita [...] a execução pode não sair exatamente como é o conceito, mas enquanto conceito é a maior ação pública já feita em todos os tempos porque isso acaba acarretando direta ou indiretamente, uma, mudança de comportamento, mudança de interesses, mudança de investimento...”

Categoria “Insegurança”:

“Interesses políticos” (05 ocorrências): Ex: “Eu continuo achando que é só por causa da Copa, acabou a Copa já era, vai voltar tudo ao normal. Vão arrombar a porta de novo”.

“Medo de se expressar” (04 ocorrências). Ex: “Eu acho legal esse trabalho, só isso que eu falo...”

“Medo da volta do tráfico” (02 ocorrências). Ex: “É mais ou menos assim, vai morrer muita gente, se eles (UPP) saírem do morro muita gente vai morrer...”

“Desconfiança da polícia” (02 ocorrências): “... mas nem toda vez a gente fica seguro com a polícia no local, porque tem aquele dizer: A polícia só fica aí e...”

⁷ As pesquisadoras se responsabilizam pelas falas aqui descritas, garantindo o anonimato dos participantes.

Em relação ao tema “Conflito Aspectos Positivos/ Aspectos Negativos”:

Categoria Aspectos Positivos

“Direito e cidadania” (05 ocorrências): Ex: “Eu destacaria que pra tudo dar certo e funcionar tem que resgatar cidadania, direitos dessa comunidade...”

“Sentimento de segurança” (02 ocorrências). Ex: “E aí a comunidade sofria porque tava no meio da guerra...” (*antes da UPP*)

“Resgate do trabalho ‘lícito’” (02 ocorrências): Ex: “E com a UPP também muitos que viviam do vício estão trabalhando. Tem que trabalhar, não tem droga pra vender tem que trabalhar...”

“Prosperidade” (01 ocorrência): “O fato desses novos investimentos, dos pequenos negócios estarem crescendo, esse sorriso dos vendedores, dos comerciantes que você vê no rosto dos comerciantes, sabe que vai atrair a esposa dele, do visitante, os filhos, os amigos e o comércio dele vende mais e mais...”

“Projetos Sociais” (01 ocorrência): “Os agentes, né? que vão lá visitar as famílias, os agentes de saúde e tal. Aí o médico entra aqui na comunidade, os ônibus entram e tal, os pediatras, é bem legal...”

Categoria Aspectos Negativos

“Alta no custo de vida” (07 ocorrências): “Eu falei que agora é mais caro morar aqui, porque agora dobra tudo, água, luz, aquelas “gatonets” não existem mais, agora é só Sky... (risos)”

A releitura da entrevista transcrita, combinada com a reflexão sobre o conjunto das categorias inferidas, conduziu a tentativas de identificar elementos que pudessem ser mais marcantes na elaboração da representação social do grupo a respeito da UPP. De imediato ficou evidente uma polarização, de um lado aspectos mais favoráveis (“comunidade melhorou com UPP”; “moradores passaram a ter mais direitos”; “sentimento de segurança e de paz”; “trouxe mais projetos sociais”) e de outros aspectos mais desfavoráveis (“interesses políticos devido a eventos internacionais”; “insegurança – medo de retorno do tráfico”; “desconfiança da polícia”;

“alta no custo de vida”). Apesar de incertezas quanto ao sucesso da UPP, a ideia que parece atravessar o discurso do grupo é o “direito de ir e vir”, categoria que também apresentou um número maior de ocorrências em relação às outras. Ela sintetizou o pensamento do grupo por meio do seguinte termo expresso por um participante: “o morro não é de ninguém, o morro agora é de todos”.

Como hipótese interpretativa, pode-se dizer que essa ideia cristaliza a representação em torno de um modelo figurativo, refletindo a organização e a significação da representação elaborada pelo grupo pesquisado. Modelo este já proposto por Moscovici (2012) ao estudar a representação social da psicanálise por diversos grupos da sociedade francesa, e que, segundo o autor, expressa uma estrutura imagética, não se tratando “somente de um modo de ordenar as informações, mas do resultado de uma coordenação que concretiza cada um dos termos da representação” (p.126). Esse entendimento pode ser ilustrado por meio do seguinte modelo figurativo da representação social de UPP proposto para esse estudo:

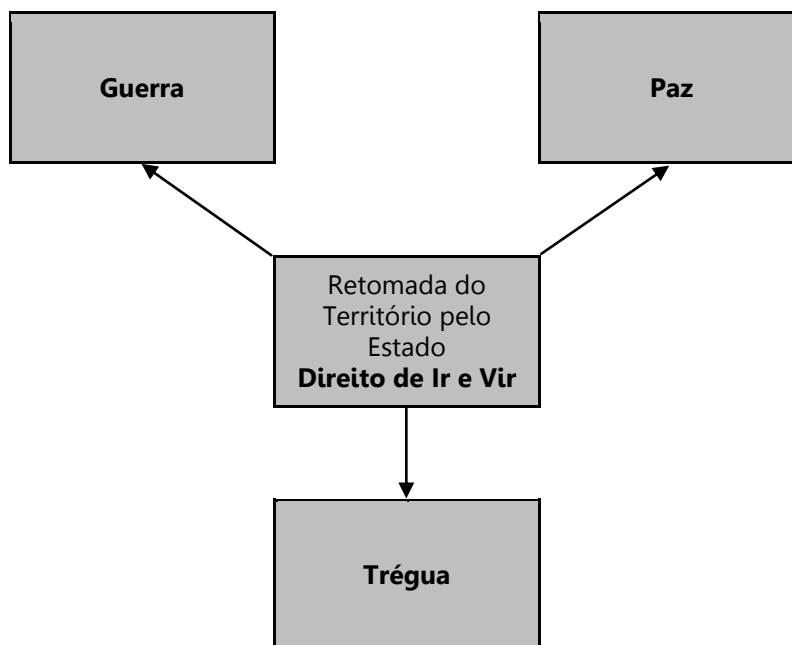


Figura 1: Modelo figurativo da representação social de UPP elaborada por estudantes do Curso de Informática do Cetep Santa Marta.

Com base na **Figura 1**, pode-se dizer que a “objetivação” acontece quando a UPP se concretiza no “direito de ir e vir”, decorrente da retomada do território pelo poder público, antes nas mãos do narcotráfico. Este processo faz com que moradores e não moradores da favela se sintam também “donos” daquele território público. Quanto à “ancoragem”, ela parece estar associada à noção de “guerra”, já conhecida, trazendo em seu contexto a ideia de trégua e de paz, sendo que a primeira atravessa com mais força o discurso do grupo.

Em relação à trégua, prevalecem sentimentos de insegurança quanto à continuidade dessa política de segurança pública. Os participantes se referem a interesses políticos devido a eventos internacionais como Copa do Mundo e Olimpíadas, e elevação do custo de vida na favela. A presença do Estado no morro é vista como uma “trégua” em relação à situação anterior de “guerra”. Tal presença lhes dá um sentimento provisório de “paz”, que lhes trouxe direito, cidadania, segurança.

A situação de “guerra” polariza-se entre duas Instituições fortes: o Estado e o narcotráfico. O narcotráfico, segundo a fala dos entrevistados, se instalou por meio de concessões do Estado quando, na gestão do governador Leonel Brizola, a polícia estava impedida de subir o morro. Naquele momento, o narcotráfico assumiu o poder e a tutela da favela impondo suas regras, sua força e sua “proteção”.

Hoje, o Estado se movimenta no sentido da retomada do poder, devolvendo à sociedade aquele território. Historicamente vive-se no Brasil, em suas esferas políticas (federal, estadual e municipal), a cultura do descontínuismo, o que enfraquece a credibilidade de suas ações, gerando insegurança em relação às políticas públicas. No final de 2011, quando foi realizada a pesquisa, vivia-se a expectativa da realização de jogos da “Copa do Mundo” e das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Diante do descontínuismo político e das promessas de melhoria da cidade com os eventos internacionais, embora não explicitamente, a fala do grupo deixava transparecer que aquele momento era de “trégua”.

Esse sentimento gera entre eles desconfiança, temendo que a política das UPP seja transitória. Isso está presente, por exemplo, nas seguintes falas: “É mais pra Copa, né? é só uma forma de outros países lá fora ver o trabalho que eles estão fazendo aqui no Rio. Eu acho legal esse trabalho, só isso que eu falo.”; “Eu continuo achando que é só por causa da Copa, acabou a Copa já era, vai voltar tudo ao normal. Vão arrombar a porta de novo.”

Pelas falas reveladas, compreende-se que os entrevistados vivem, de fato, um momento de trégua. Aqueles que não são moradores e que passaram a frequentar a favela expressaram, mais vezes, o sentimento de que agora existe paz, resultando na conquista do direito de ir e vir. Ao serem motivados a traduzir com palavras seu sentimento com a presença da UPP no Morro Santa Marta, assim expressaram: “paz”; “cidadania”; “segurança”. A paz como sentimento que perpassa as falas se concretiza no direito de “ir e vir”, como pode ser percebido na fala de um participante não morador que justifica a escolha de estudo no Cetep Santa Marta:

[...] Eu como os amigos aqui também, jamais tinha entrado e escolhi justamente por poder sentir essa segurança e por sentir que o morro não é de ninguém, o morro agora é de todos. Isso nos dá essa segurança, nos dá essa tranquilidade. Você pedir autorização a uma pessoa pra entrar num lugar de quarenta, cinquenta mil quilômetros quadrados? Pra uma pessoa dona disso tudo, uma pessoa? Agora eu sou, você é a professora é, todos nós somos...

Também na fala de uma moradora:

Eu moro aqui há pouco tempo, eu moro aqui há um ano, mas morava na Baixada, depois minhas amigas, meus colegas falaram que aqui é legal e tal aí eu mudei de lá da Baixada porque eu tinha muito medo, eu até tinha trauma, aí vim morar aqui e tô adorando morar aqui por causa dos projetos, dos cursos, e lá não tem, onde eu morava. Pra mim foi muito bom.

Em seu conjunto, os dados mostram que, oscilando entre considerar a UPP uma política de Estado que estabeleceu apenas “trégua” à guerra instalada nas favelas do Rio de Janeiro (entre o poder público e o narcotráfico), e acreditar que esta política de segurança pública veio para de fato instaurar a paz, os entrevistados tendem a representar a UPP no Morro Santa Marta de modo positivo.

Conclusões

Os resultados do estudo permitem, ao menos, duas reflexões relevantes, relacionadas ao potencial do referencial teórico-metodológico das representações sociais para pesquisas dessa natureza. Por um lado, a necessidade de desenvolver mais estudos empíricos que dêem conta de abordar a amplitude de tais representações. Como afirmam Guareschi e Roso (2014, p. 27): “Assumimos que é impossível conhecer sem representações, mas também assumimos que essas representações, ao implicar dimensões simbólicas e sociais, se tornam, ao mesmo tempo, fenômenos subjetivos, intersubjetivos, intrasubjetivos, intergrupais e objetivos”.

Por outro lado, os estudos sobre UPP não podem ser dissociados do histórico de exclusão de moradores de favelas do Rio de Janeiro. Alves-Mazzotti (2003, p.117-118) se refere à exclusão social como relevante temática para os estudos de representações sociais, reforçando o que já tinha sido afirmado por Abric (1996). Referindo-se a este autor, assim se expressa Alves-Mazzotti (op.cit.): a exclusão social não pode ser explicada somente pelas características dos excluídos, devendo ser situada dentro de uma combinação de fatores, como o sistema social (suas respectivas regras, normas e instituições), o grupo em que o sujeito se insere e outros com os quais ele interage. Porém, para Abric, (op.cit.) “a análise desse sistema de relações não é suficiente: para que a exclusão possa ser melhor compreendida, é necessário investigar os elementos simbólicos que estão em jogo na situação.” Essas

duas reflexões expressam a relevância de estudos psicossociais para a compreensão da chegada e da permanência da UPP no Rio de Janeiro, afetando vários grupos sociais.

O presente estudo pretende contribuir nesse sentido, pois, fundamentado na TRS, privilegiou o universo simbólico de alunos jovens e adultos do curso de informática do Cetep Santa Marta, buscando compreender o conjunto de significados socialmente compartilhados por eles a respeito da UPP. Na perspectiva moscoviciana, esse compartilhamento pode se constituir em uma representação social, considerada conhecimento “ingênuo”, ou do “senso comum”, que emerge das comunicações cotidianas. Ao representarem “UPP”, política de segurança pública a princípio estranha, as pessoas são levadas a atribuírem significados para se familiarizarem com esse novo objeto e assim o tornarem menos ameaçador. Foi dessa maneira que os participantes do estudo associaram a UPP ao “direito de ir e vir”, que antes não existia. Porém, a retomada do seu território pelo Estado desperta desconfiança, tendendo a ser vista como transitória. Nessa transitoriedade, eles oscilam entre o medo do retorno da “guerra”, já conhecida, e o desejo da paz, que reconhecem começar a existir, embora não convencidos de que vá durar. É assim que se reconhecem em uma situação de “trégua”.

Uma das questões que pode se colocar aqui são os limites da generalização e/ou o potencial generalizador desse estudo, feito com 12 estudantes reunidos para uma entrevista de grupo focal. Como afirma Van Zeten (2004, p. 40), para generalizar é possível recorrer a comparações quando há uma situação local e outras que já foram pesquisadas. Para a autora: “A questão não é, então, o tamanho do grupo que vamos estudar; é muito mais o enfoque que vamos dar. E há um certo tipo de enfoque que é propriamente microssociológico, que vai interessar, sobretudo do ponto de vista discursivo, às interações e à cadeia de interação.”.

No estudo aqui apresentado, trata-se de um caso singular que pode se constituir em instância de produção de conhecimento, visto que permite relacionar

fenômenos estruturais e fenômenos locais. Evidentemente serão necessários outros estudos que ofereçam parâmetros de comparação. De imediato, pode-se dizer que resultados muito próximos têm se apresentado também em outras pesquisas, como a de Leal (2014), e em trabalhos de campo que as autoras do presente artigo vêm realizando.

Referências

ABRIC, J.-C. De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In: _____ (Dir.) *Exclusion sociale, insertion et prévention*. Ramonville Saint-Agne: Érès, 1996, p. 11-19.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Educação e exclusão social: contribuições do estudo das representações sociais. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Org.) *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Editora da UCG, 2003. p.117-144

_____. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. *Revista Em Aberto*, Brasília MEC-INEP, ano 14 nº61, jan/mar. 1994, p. 60 a 78. Reprint 2005.

ARAUJO SILVA, M. C. de. Segurança e espaço urbano: sobre a construção social de espaços seguros no Rio de Janeiro. 2011. *Anais Segurança e espaço urbano: sobre a construção social de espaços seguros na cidade do Rio de Janeiro*. 2011 <<http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/271/26>>. Acesso em 23 nov.2011.

ARRUDA, A. As representações sociais: desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Especial Temática, p.09-23, 2002.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1994.

BRASIL, Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança. *Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo* - São

Paulo Paulo (NEV/USP).2009 Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down247.pdf> >. Acesso em 03 mar.2012.

CAMPOS, P. H. F. A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In: ____; LOUREIRO, M. C. da S. (Orgs.). *Representações Sociais e Práticas Educativas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003, p. 21-36.

CUNHA, N. V. da; MELLO, M. A. da S. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.

DI PIERRO, M. C.; GRACIANO, M. *A educação de jovens e adultos no Brasil*: informe apresentado à Oficina da UNESCO para a América Latina e Caribe. São Paulo: Ação Educativa, junho de 2003.

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. *UPP – Unidade de Polícia Pacificadora* : histórico. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico> . Acesso em: 20nov.2014.

GUARESCHI, P.; ROSO, A. Teoria das Representações Sociais – Sua história e seu potencial crítico e transformador. In: CHAMON, E.M.Q.O.; GUARESCHI, P.; CAMPOS, P.H.F. (Orgs.). *Textos e debates em representação social*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014. p. 17-40.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____(Org.). *As Representações Sociais*. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S.; PRIEGO-HERNÁNDEZ, J. *Sociabilidades subterrâneas*: identidade, cultura e resistência em favelas do Rio de Janeiro. Brasília: UNESCO, 2013.

LAGO, L. C. Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. *Cadernos Metrôpole*, N.9, p.119-133, 1º sem. 2003 Rio de Janeiro, 2003.

LEAL, A. R. R. *Representações sociais de alunos do Ensino Médio de uma escola do Complexo do Alemão (RJ) a respeito das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)*.2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2014.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba , v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011 .

MOSCOVICI, S. *Le scandale de la pensée sociale* – Textes inédits sur les représentations sociales réunis et préfacés par Nikos Kalampalikis. Paris: Editions EHESS, 2013.

_____. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Tradução Sonia Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *Representações sociais*. investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Trabalho encomendado pelo GT “Educação de Pessoas Jovens e Adultas”, apresentado na 22ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED – 26 a 30 de setembro de 1999 – Caxambu.

OMETTO, A. M. H. et al. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista Saúde Pública* 29 (5), p. 403-414, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf> Acesso em 20 set. 2011.

POCHMANN, M. (Org.). *Atlas de Exclusão Social, v. 3, Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

RIO DE JANEIRO (Estado). DIÁRIO Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Poder Executivo. DOERJ de 28/02/2011. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/26315431/doerj-parte-i-poder-executivo-28-02-2011-pg-7>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

SOARES, L. E. Segurança pública: presente e futuro. *Estudos Avançados* 20 (56), p. 91-106, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629.pdf> . Acesso em 10 mar. 2012.

SOUZA E SILVA, J. de. As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas. *Seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca*. LeMetro - Laboratório de Etnografia Metropolitana/IFCS-UFRJ, p.7-8, 2010.

SOUZA E SILVA, J. de (Org). O que é favela afinal? Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2005.

TEIXEIRA, Milton. Morro Santa Marta. Disponível em: <http://www.amabotafogo.org.br/index2.asp>. Acesso em 26/09/2011.

VALLADARES, L. P. A gênese da favela carioca – a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – vol 15, out/no.44, p. 5-34, 2000.

VAN ZANTEN, A. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 25-45, jan./jun. 2004.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Autoras

Rita de Cássia Pereira Lima

Doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes – Paris V. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ.

ritaplima2008@gmail.com

Antonia Regina Ribeiro Leal

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Orientadora Educacional Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

Suely Fernandes Coelho Lemos

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

Recebido em 16 de dezembro de 2014

Aprovado em 26 de dezembro de 2014